

TGR Subholding 10 S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	18
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5 Aplicações financeiras.....	20
6 Imobilizado (Consolidado).....	20
7 Investimentos (Controladora).....	21
8 Fornecedores (Consolidado).....	23
9 Patrimônio líquido.....	23
10 Despesas gerais ou administrativas.....	30
11 Resultado financeiro.....	30
12 Partes relacionadas.....	32
13 Instrumentos financeiros.....	33
14 Contingências.....	34



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300

SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota

60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone +55 (85) 3457-9500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da
TGR Subholding 10 S.A.**

Maracanaú (CE)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 10 S.A. ("Companhia") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 10 S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior

Contador CRC CE-021967/0-5

Balancos patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	7	1	2
Aplicações financeiras	5	973	—	19	—
Adiantamento a fornecedores		183	—	—	—
Derivativos financeiros	13	24.502	—	24.502	—
Outros créditos		731	—	—	—
Total do Ativo Circulante		26.393	7	24.522	2
Outros créditos		675	—	—	—
Realizável à longo prazo		675	—	—	—
Investimento	7	—	—	106.535	105.741
Imobilizado	6	394.883	205.264	—	—
		394.883	205.264	106.535	105.741
Total do Ativo Não Circulante		395.558	205.264	106.535	105.741
Total do Ativo		421.951	205.271	131.057	105.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 10 S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	8	5.715	2.760	—	—
Dividendos a pagar	9	1.153	—	1.153	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	529	715	—	—
Obrigações fiscais		122	24	—	—
Imposto de renda e contribuição social		8	—	—	—
Obrigações trabalhistas		51	43	—	—
Derivativos financeiros	13	14.583	—	14.582	—
Outras contas a pagar		845	22	—	—
Total do Passivo Circulante		23.006	3.564	15.735	—
Tributos diferidos		3.930	—	3.930	—
Outras contas a pagar		761	75	—	—
Total do Passivo Não circulante		4.691	75	3.930	—
Total do Passivo		27.697	3.639	19.665	—
Patrimônio líquido	9				
Capital social		105.552	105.522	105.552	105.522
Reserva legal		243	—	243	—
Reserva de lucros a distribuir		3.458	—	3.458	—
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.009	—	1.009	—
Transação de capital com acionistas		1.130	573	1.130	573
Prejuízos acumulados		—	(352)	—	(352)
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores		111.392	105.743	111.392	105.743
Participação de acionistas não controladores		282.862	95.889	—	—
Total do Patrimônio Líquido		394.254	201.632	111.392	105.743
Total do Passivo e Patrimônio líquido		421.951	205.271	131.057	105.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais ou administrativas	10	(2.241)	(559)	(11)	(11)
Outras despesas operacionais		(126)	(12)	–	–
Despesas operacionais		(2.367)	(571)	(11)	(11)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(2.367)	(571)	(11)	(11)
Receitas financeiras	11	9.056	–	9.003	–
Despesas financeiras	11	(6)	(3)	(1)	–
Resultado financeiro		9.050	(3)	9.002	–
Resultado de equivalência patrimonial	6	–	–	(772)	(341)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		6.683	(574)	8.219	(352)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13)	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.013)	–	(3.013)	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		3.657	(574)	5.206	(352)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		5.206	(352)	–	–
Acionistas não controladores		(1.549)	(222)	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	3.657	(574)	5.206	(352)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-
Resultado abrangente total	3.657	(574)	5.206	(352)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	5.206	(352)	5.206	(352)
Acionistas não controladores	(1.549)	(222)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital integralizado	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital com acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 03 de julho de 2024		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital subscrito	9	105.522	(105.522)	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	9	—	105.522	—	—	—	—	—	105.522	—	105.522
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	9	—	—	—	—	—	—	—	—	96.684	96.684
Variação na participação societária	7	—	—	—	—	—	573	—	573	(573)	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	—	(352)	(352)	(222)	(574)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		105.522	—	—	—	—	573	(352)	105.743	95.889	201.632
Capital subscrito	9	30	(30)	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	9	—	30	—	—	—	—	—	30	—	30
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	9	—	—	—	—	—	—	—	—	189.079	189.079
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	—	—	—	—	1.009	—	—	1.009	—	1.009
Variação na participação societária	7	—	—	—	—	—	557	—	557	(557)	—
Lucro (Prejuízo) do exercício		—	—	—	—	—	—	5.206	5.206	(1.549)	3.657
Destinação do Lucro											
Reserva legal	9	—	—	243	—	—	—	(243)	—	—	—
Dividendos obrigatórios	9	—	—	—	—	—	—	(1.153)	(1.153)	—	(1.153)
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	—	3.458	—	—	(3.458)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		105.552	—	243	3.458	1.009	1.130	—	111.392	282.862	394.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		3.657	(574)	5.206	(352)
Ajustes para:					
Depreciação	6	18	—	—	—
Equivalência patrimonial	7	—	—	772	341
Rendimento de aplicações	5	(55)	—	—	—
Ganhos em operações com contratos derivativos, líquido do diferido		(9.002)	—	(9.002)	—
Imposto de renda e contribuição social corrente, líquido do diferido		3.026	—	3.013	—
		(2.356)	(574)	(11)	(11)
Variações nos ativos e passivos					
Outros créditos		(1.588)	—	—	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(186)	76	—	—
Fornecedores		(2.280)	(139)	—	—
Obrigações trabalhistas		8	35	—	—
Obrigações fiscais		98	13	—	—
Outras contas a pagar		1.508	—	—	1
Caixa consumido pelas atividades operacionais		(4.796)	(589)	(11)	(10)
Impostos pagos sobre o lucro		(5)	—	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(4.801)	(589)	(11)	(10)

TGR Subholding 10 S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(921)	—	(21)	—
Resgates de aplicações financeiras	5	3	—	3	—
Aumento de capital em empresas investidas	7	—	—	(1.009)	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa adquirido		—	4	—	(1)
Aquisição de imobilizado	6	(184.334)	(83.508)	(2)	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(185.252)	(83.504)	(1.029)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Capital integralizado	9	30	13	30	13
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	9	189.079	84.087	—	—
Arrendamentos pagos		(68)	—	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	1.009	—	1.009	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		190.050	84.100	1.039	13
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(3)	7	(1)	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	7	—	2	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4	7	1	2
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(3)	7	(1)	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TGR Subholding 10 S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 7 de março de 2024, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sua controlada, que possui empreendimento no setor de energia renovável.

Sua controlada têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

1.1 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Serra do Tigre (“TGR”)

O projeto contempla a implantação de doze parques eólicos, dos quais um é controlado pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756MW, dos quais 63MW são controlados pela Companhia. Esta capacidade é composta por 14 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5, previsto para o projeto. O parque controlado pela Companhia está localizados nos municípios de Picuí (PB) e Coronel Ezequiel (RN). A controlada Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A. encontrava-se em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2025.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não apresentam julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação (Controladora)

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da controlada abaixo:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael II	63	Picuí (PB) e Coronel Ezequiel (RN)	24 de setembro de 2020	Pré-operacional	Direto	Direto	27,36%	52,44%

- (a) A Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., controladora da Companhia, é a detentora da parcela residual de 72,64% da participação societária em 31 de dezembro de 2025 (47,56% em 2024) da Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A., referente a posse de ações preferenciais resgatáveis emitidas pela controlada em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: dividendos a pagar, fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada.

2.8 Ativo imobilizado, exceto direito de uso de ativos arrendados (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da controlada.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e sua controlada operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social, quando aplicáveis, são registrados na Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a controladora não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda da controlada foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos pré-operacional e operacional

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Companhia e sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos durante as fases do empreendimento, incluindo contratos de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e sua controlada aplicam a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, credores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Administração restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da controlada, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua controlada não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações têm nos ganhos da Companhia e sua controlada, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia e sua controlada não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	19	Baixa do CDI	19	19
Efeito no resultado	1		1	1
Aplicações financeiras	954	Baixa do CDI	940	927
Efeito no resultado	53		39	26

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	4	7	1	2
Total	4	7	1	2

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
Aplicações financeiras	954
Aplicações financeiras - fundo restrito (a)	19
Total	973

Ativo circulante **973**

- (a) A Administração possuía aplicações em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025. Estas operações possuem prazo de vencimento inferior a três meses da data de contratação.
- (b) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, que encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a. O recurso será aplicado exclusivamente na implantação do empreendimento.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Rendimento de aplicações	55
Aplicações financeiras	921
Resgates de aplicações financeiras	(3)
Saldos finais	973

6 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fazendas e terrenos	—	1.000	—	1.000	1.000
Torres anemométricas	10,00%	194	(18)	176	—
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	68	(23)	45	—
Imobilizados em andamento	—%	393.662	—	393.662	204.264
Total		394.924	(41)	394.883	205.264

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Fazendas e terrenos	1.000	—	—	1.000
Torres anemométricas	—	194	(18)	176
Ativo de direito de uso de bens arrendados	—	68	(23)	45
Imobilizados em andamento	204.264	189.398	—	393.662
Total	205.264	189.660	(41)	394.883

Descrição	Adição por aquisição	Adições	31/12/2024
Fazendas e terrenos	—	1.000	1.000
Imobilizados em andamento	119.050	85.214	204.264
Total	119.050	86.214	205.264

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante R\$5.326 (R\$2.706 em 31 de dezembro de 2024), relativas a capitalização de operações de arrendamentos e seguros, reconhecimento de contratos de ativo de direito de uso e provisão de medições de obras não faturadas.

7 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.	106.535	105.741
Total	106.535	105.741

b. Movimentação do saldo

Controladas	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em empresas investidas	Transação de capital (a)	31/12/2025
Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.	105.741	(772)	1.009	557	106.535
Total	105.741	(772)	1.009	557	106.535

Controladas	Ações integralizadas	Equivalência patrimonial	Transação de capital (a)	31/12/2024
Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.	105.509	(341)	573	105.741
Total	105.509	(341)	573	105.741

(a) Durante o exercício de 2025, a Companhia incorreu no montante de R\$557 em transações de capital com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., acionista controladora direta e indireta da Companhia e das investidas, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária (R\$573 em 31 de dezembro de 2024).

c. Saldos das controladas

Controladas	31/12/2025				
	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.	27%	397.427	8.029	389.398	(2.320)
Total		397.426	8.028	389.398	(2.320)

Controladas	Participação societária (%)	31/12/2024				Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2024
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		
Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.	52%	205.268	3.639	202.936	(1.308)	105.509	(564)
Total		205.268	3.639	202.936	(1.308)	105.509	(564)

Durante o exercício de 2025, a controlada da Companhia realizou a emissão de ações preferenciais resgatáveis, resultando no aumento de participação societária da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A, conforme tabelas acima. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía 100% do capital votante da controlada.

8 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de obras e serviços	5.715	2.760
Total	5.715	2.760

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$5.235 (R\$2.706 em 31 de dezembro de 2024).

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$105.552 em 31 de dezembro de 2025 (R\$105.522 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 105.551.757 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	100,00%	105.552	105.551.757	100,00%	105.522	105.521.757
Total	100,00%	105.552	105.551.757	100,00%	105.522	105.521.757

Aumento de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Integralizado em moeda corrente no exercício	Integralização de ações (a)	Emissão de ações ON
03/07/2024	1	1	—	1.000
16/09/2024	105.509	—	105.509	105.508.757
30/12/2024	12	12	—	12.000
Total - 2024	105.522	13	105.509	105.521.757
30/05/2025	9	9	—	9.000
30/9/2025	21	21	—	21.000
Total - 2025	30	30	—	30.000

- (a) Em 16 de setembro de 2024, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. subscreveu 105.508.757 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalente ao montante de R\$105.509, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias da Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2025 o acionista da Companhia realizou aportes mediante adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$1.009.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$1.153.

Descrição	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) do exercício	5.206
(-) Prejuízo acumulado	(352)
(-) Reserva legal (5%)	(243)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	4.611
Dividendos propostos	1.153

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$243, conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$3.458.

Emissão de ações preferenciais resgatáveis

Durante o exercício de 2025, a controlada da Companhia realizou a emissão de R\$189.079 em ações preferenciais resgatáveis em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., com efeito caixa no exercício (R\$96.684 em 31 de dezembro de 2024, onde apenas R\$84.087 resultou em efeito caixa no período comparativo).

Tais recursos foram destinados para a conta de Reservas de Capital, nos termos da legislação vigente. As APRs não possuíam direito a voto, tampouco direito a dividendos fixos ou mínimos (salvo os dividendos obrigatórios previstos em lei) ou prioridade no recebimento de dividendos, e apresentaram como vantagens preferenciais: (a) direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 4 (quatro) vezes o valor pago a cada ação ordinária da Companhia e (b) prioridade no resgate ante a distribuição de dividendos excedentes aos obrigatórios, inclusive dividendos intermediários.

10 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(34)	(6)	(7)	(7)
Compartilhamento de despesas (nota 12)	(1.137)	(520)	–	–
Despesas legais	(1)	–	(1)	(1)
Taxa de manutenção - CCEE	(3)	(10)	(1)	(1)
Depreciação	(18)	–	–	–
Despesas pré-operacionais - geração energia	(842)	–	–	–
Despesas com manutenção	(63)	(19)	–	–
Seguros	(122)	–	–	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(21)	(4)	(2)	(2)
Total	(2.241)	(559)	(11)	(11)

11 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	54	–	1	–
Ganhos em derivativos de cambio	9.002	–	9.002	–
Total	9.056	–	9.003	–
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(4)	(2)	(1)	–
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	–	–
Total	(6)	(3)	(1)	–
Resultado financeiro	9.050	(3)	9.002	–

12 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	1.682	715	1.153	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	529	715	—	—
Transações de condomínio (b)	208	319	—	—
Compartilhamento de despesas (a)	321	396	—	—
Dividendos a pagar	1.153	—	1.153	—
Dividendos a pagar a acionistas	1.153	—	1.153	—
Resultado	(1.199)	(548)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(1.199)	(548)	—	—
Compartilhamento de despesas (a)	(1.137)	(520)	—	—
Despesa com manutenção de torres (a)	(62)	(28)	—	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controlada possuía operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.
- (b) A controlada possuía despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

13 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Consolidado				Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	7	7	1	1	2	2
Aplicações financeiras	973	973	—	—	19	19	—	—
Fornecedores	(5.715)	(5.715)	(2.760)	(2.760)	—	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(529)	(529)	(715)	(715)	—	—	—	—
Dividendos a pagar	(1.153)	(1.153)	—	—	(1.153)	(1.153)	—	—
Outras contas a pagar	(1.606)	(1.606)	(97)	(97)	—	—	—	—
Total	(8.026)	(8.026)	(3.565)	(3.565)	(1.133)	(1.133)	2	2

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada são avaliados ao custo amortizado.

b. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Controladora)

Descrição	Hierarquia	31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo		24.502	24.502
Ganho temporário - Hedge (NDF)	Nível 2	2.158	2.158
Ganho temporário - Opções	Nível 2	22.344	22.344
Passivo		(14.583)	(14.583)
Perda temporário - Opções	Nível 2	(14.583)	(14.583)
Total		19.838	19.838

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025, contratos cambiais a termo (NDFs) e contratos de opções indexados ao dólar norte-americano (USD). Essas operações foram contratadas com vencimento em 1º de outubro de 2026 e têm como objetivo exclusivo a proteção (hedge) contra a volatilidade cambial para desembolsos de dívidas previstos para o exercício seguinte. Dessa forma, a Companhia busca assegurar o valor em moeda nacional necessário para honrar seus compromissos futuros em moeda estrangeira. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão mensurados pelo seu valor justo, em conformidade com os níveis de hierarquia detalhados na 2.3 Uso de estimativas e julgamentos.

14 Contingências

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
